

Reunião na Superintendência do Rio De Janeiro | 07/07/2015

Presentes 23 servidores, a reunião foi dirigida pelo presidente da Asphan, Leonardo Barreto (Iphan/MG).

Seguindo a pauta divulgada, o presidente da Asphan se apresentou e passou a informar as atividades da associação, avaliando também as atuais dificuldades do Governo em propor e implantar ações específicas na área de RH, com o objetivo de resolver os graves problemas salariais na Cultura.

Leonardo Barreto comentou sobre a realização da primeira **Reunião Nacional de Representantes**, promovida pela Asphan, com participação de servidores de diversos Estados. Nela, resultaram-se duas medidas importantes: a contratação de um escritório para **assessoria jurídica** e de um profissional de **comunicação** para responsabilizar-se pela divulgação de notícias aos servidores e pela gestão dos canais de comunicação e das campanhas da Asphan.

O escritório contratado para o apoio jurídico localiza-se em Brasília, DF, pois, sendo as sedes do Iphan e do Ibram naquela cidade, as ações em geral tramitam nessa instância, ficando mais fácil e eficiente o acompanhamento e a interlocução, bem como o apoio nas reuniões com as direções das autarquias. Na parte de comunicação, constata-se neste momento a necessidade de revitalização da marca da Asphan e também de ênfase na campanha para filiação de novos associados, objetivando a ampliação de nossa base entre os servidores.

Em 2015, são comemorados os 30 anos de criação da Asphan. Iniciaremos forte campanha de filiação e promoção de ações, visando valorização do pessoal de carreira.

Foi informada a atual integração com outras associações, que se consolida através da participação da Asphan no **Fórum da Cultura**, resultando no fortalecimento de nossas posições nas negociações, por meio do encaminhamento de demandas conjuntas estabelecidas nas discussões. Com esta nova organização, as associações, por meio do Fórum, se inseriram de forma importante na mesa de negociações com o Governo, em parceria com os órgãos de representação sindical (Condsef). Essa ação, por outro lado, coloca uma demanda por participação ativa dos próprios servidores nos movimentos e nas atividades de suas associações e do Fórum, no sentido de ampliação dos debates e das deliberações.

É preciso ressaltar a necessidade de efetiva existência de representantes de todas as unidades da Cultura, para que haja aumento da divulgação de todas as informações importantes para a categoria, de modo que as deliberações sejam compartilhadas pelo maior número possível de servidores. É fundamental que o conjunto da categoria participe e esteja bem informado para que tenhamos posições democraticamente construídas nas negociações com o Governo.

Na última **reunião com Ministério do Planejamento**, no final de maio, foi apontado o diferencial hoje vivido pelos servidores da Cultura, em patamar salarial bem abaixo das outras categorias, demandando, portanto, um reajuste diferenciado. Se o reajuste for linear, as distorções permanecerão. Tal posicionamento foi novamente exposto na reunião com o Ministro da Cultura, realizada no dia 3 de julho de 2015. Fixou-se a data de 20 de junho p.p. para uma nova reunião, mas findo o prazo ainda não fomos convocados para outra rodada de negociações. A proposta da Cultura, levada ao MPOG, tem como base a tabela salarial da Ancine.

A posição do Fórum da Cultura é de que a tabela salarial deve ter prioridade na negociação, ficando para momento subsequente as discussões relativas ao plano de carreira. Este posicionamento se justifica, visto que agosto é o prazo final para votação do orçamento da União. Na reunião com o Ministro Juca Ferreira, ficou estabelecido prazo para que se apresente um plano de carreira até outubro, consolidando-se todas as propostas que sabemos existir.

A avaliação é de que o MPOG pode começar a tornar as situações mais equilibradas, pois o governo encontra-se numa situação fragilizada, o que nos favorece numa negociação.

Outra distorção evidenciada é relativa à aplicação da Lei 12.277 que, ao criar a carreira para arquitetos e engenheiros, provocou grande desnível salarial para tais profissionais presentes nos quadros da Cultura, principalmente no Iphan, por não terem sido incluídos nos beneficiados pela citada Lei. Na Justiça, vários desses profissionais já ganharam a causa, além de ser gritante a diferença com os que ainda estão com os salários do PECC, exercendo as funções de arquitetos e engenheiros.

Este ponto foi debatido com grande intensidade, em virtude de expressiva presença de colegas arquitetos na reunião. Evidenciou-se mais uma vez o enorme desconforto causado pelo parecer emitido pela PGF, em contraponto ao parecer da instância jurídica do Iphan. A carta enviada à presidência do Iphan, solicitando

esclarecimentos sobre o posicionamento da instituição com relação ao referido parecer, foi considerada pelos colegas como uma ação pertinente e adequada. A unidade do Rio de Janeiro aguardará respostas à correspondência enviada pela Asphan para deliberar medidas posteriores. Contudo, ficou patente o sentimento de indignação com o atual tratamento à questão.

O presidente da associação manifestou sua intenção em aguardar mais alguns dias pela manifestação da presidência da autarquia, sendo que em seguida solicitará às unidades ações concretas a serem coordenadas pela Asphan.

Informou-se, em sequência, sobre as medidas efetivadas no tocante ao processo seletivo simplificado, adotado mais uma vez pela autarquia. Trata-se de uma medida de caráter emergencial, que vem sendo adotada de modo sistemático. A direção da Asphan entende que essa situação tem se transformado em uma perversa política de RH. Ademais, a medida é inadequada, pois, além de criar discrepâncias salariais entre os trabalhadores, contaminando negativamente o ambiente de trabalho, dificulta ou até mesmo impede que a memória técnica da instituição seja repassada, causando enorme prejuízo ao Iphan e aos serviços prestados à população.

Assim, entendemos que todas as medidas administrativas e jurídicas devam ser executadas para impedir que este equívoco administrativo continue junto à política de pessoal. Desta forma, comunicamos aos presentes que, através de nossa assessoria jurídica, nos manifestamos ao Ministério Público Federal solicitando a intervenção nesse procedimento adotado pela instituição.

Constatou-se também que, apesar de a greve do ano passado ter provocado enormes problemas para os servidores, ela foi avaliada como positiva pela Asphan, porque o governo teve que recorrer à medida de força, nunca antes efetivada nas paralisações da Cultura, com a atuação do Judiciário e com o desconto na folha de pagamento.

Mais uma questão colocada pelo Fórum, na reunião com o Ministro, foi a necessidade da **democratização da gestão das instituições**, pois constata-se que, hoje, temos dirigentes com posições bastante autoritárias, havendo enorme distanciamento entre as direções e o conjunto de servidores.

No âmbito do Ministério, foi criado um **grupo para dialogar com o Ministro e sua Secretaria Executiva**, objetivando o conhecimento e o encaminhamento de questões nas instâncias decisórias. Com isto, é importantíssimo que os servidores

estejam atentos às atividades convocadas por suas associações, pois nos próximos meses as ações vão demandar um acompanhamento ativo de todos, especialmente pela proximidade da votação do orçamento.

No tocante à **GDAC**, comentou-se na reunião com o MPOG e nas reuniões com o MinC sobre a distorção nos percentuais hoje praticados, de 70% da GDAC e 30% de VB (vencimento básico), na composição da remuneração dos servidores. Essa relação precisa ser alterada, sendo que na justiça o governo tem enfrentado reveses também nesse ponto. Aqueles servidores que receberem notificação sobre a redução da GDAC devem estar atentos e, imediatamente, recorrerem à assessoria jurídica de sua escolha. Nossa orientação tem sido no sentido de que, em primeiro lugar, cabem medidas administrativas, visando protelar qualquer redução de vencimentos. Nessa questão, não cabe ação coletiva, pois os casos são avaliados individualmente, tanto por diferenças de idade, como tempo de serviço, etc. As ações judiciais, então, necessitam ter caráter individual.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, ficando estabelecido que novos encontros serão agendados para melhoria da ação da Asphan.

Atenciosamente,

Diretoria da Asphan